

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO DISTRITO DE JOAQUIM EGÍDIO-CAMPINAS/SP: CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO GESTORA DO TURISMO (AGETUR) COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE RECEPTORA.

Ana Maria Vieira Fernandes

O tema proposto trata da importância de estabelecer, planejar e implementar políticas (públicas e/ou privadas) que visem o desenvolvimento turístico sustentável no distrito de Joaquim Egídio (Campinas/SP) através da criação de um órgão, inicialmente privado, que terá na comunidade local sua principal aliada na luta a favor do bem comum no distrito. As políticas de turismo são muito importantes, pois servem de base para a elaboração de todo e qualquer planejamento turístico que constitui uma ferramenta fundamental para determinar as prioridades das ações.

A falta de entendimento e coordenação entre a política de desenvolvimento e a ambiental pode ter sido responsável pela realização de um turismo com um fluxo desorganizado, de massa e que não trouxe benefícios para o local. Por essa razão, o turismo em Joaquim Egídio deve ser pensado e planejado com certa agilidade em função do tempo, pois o fluxo de turistas já existe e, caso a atividade continue desregulada, pode tornar-se prejudicial a toda sua comunidade. A implantação de uma política de turismo que regule o desenvolvimento dessa atividade e que não se torne excludente da população local, é muito importante, já que nas organizações políticas e estruturais de Campinas os distritos não possuem uma Secretaria de Turismo ou sub-secretaria de turismo e nenhum outro órgão que organize essa atividade.

A pesquisa consistiu em compreender a natureza desse fato a partir de estudos locais que mostraram como o turismo está se desenvolvendo atualmente no distrito, para em seguida propor a implantação de uma política de turismo que foi a criação de uma Associação Gestora do Turismo (AGETUR), de modo que a implantação desta poderá oferecer maior autonomia para o distrito organizar e planejar suas próprias diretrizes, incluindo de maneira mais efetiva a participação da comunidade em questão.

Segundo análises realizadas por esta pesquisadora através de observações ao distrito, foi constatado que o fluxo de turistas no local já é existente e cada vez maior devido ao significativo número de estabelecimentos voltados ao setor de turismo. A proximidade de Joaquim Egídio ao centro de Campinas e à capital São Paulo possibilitou que se iniciasse há aproximadamente cinco

anos uma forte corrente de turismo gastronômico, com instituição de bares e restaurantes de excelente categoria, atraindo inclusive turistas de outros países.

Como a estrutura turística de Joaquim Egídio possui uma gestão centralizada na Secretaria Municipal de Turismo de Campinas, o distrito não possui uma secretaria de turismo, sub-secretaria de turismo ou nenhum outro órgão que regularize e planeje tal atividade, de modo que o fluxo de turistas já existente cresce cada vez mais e de maneira desorganizada, gerando diversos impactos negativos para Joaquim Egídio.

A pesquisa também se mostra importante já que o distrito possui grande relevância ambiental, afinal faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas, onde se encontram 60% da vegetação nativa que resta em todo o município (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DE CAMPINAS, 1996). Portanto, a preservação ambiental desta região é de extrema importância. Ainda é importante lembrar que somente preservação ambiental não é suficiente! Em áreas protegidas, é imprescindível tratar também das questões que abrangem a população nativa, como suas necessidades e seus desejos.

Cada medida protecionista e preservacionista tomada nessas áreas devem ser bem pensadas e estruturadas, de acordo com os anseios e necessidades da população local, para que não se tornem decisões negativas e inclusive prejudiciais à mesma. Uma das grandes dificuldades encontradas na criação das áreas protegidas no Brasil, foi justamente encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar a natureza e permitir o convívio das populações tradicionais (<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>), exatamente o que ocorre nas Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Essas populações apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar e tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais (ARRUDA, 1999). Portanto, se elas não puderem mais exercer suas atividades devido à preservação ambiental, elas não conseguirão sobreviver.

Uma das possíveis soluções para essa problemática, de maneira que não exclua a população local de seu próprio território é o planejamento turístico. Conceder outra utilidade para esse espaço, através do uso turístico planejado, juntamente com a participação da população nativa, pode gerar alternativa econômica para a área em questão, beneficiando a todos os

envolvidos, sem deixar a conservação do local de lado e fazendo com que futuras gerações ainda usufruam desses patrimônios. Sobre essa perspectiva, Margarita Barreto afirma que:

“... a conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é o que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. A idéia não é manter um patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo”.(BARRETO, 2006, p.17).

A proposta de política pública de turismo (AGETUR) apresentada neste trabalho tem por objetivo geral agregar valor ao desenvolvimento da atividade turística no distrito, organizando, viabilizando e estruturando a implantação e consolidação de tal atividade, juntamente com a participação da população local, de modo que se forneçam as bases para a sustentabilidade socioeconômica do local.

Para realização da pesquisa, foram aplicados 150 questionários no mês de abril de 2005 com perguntas de múltipla escolha e apenas uma questão aberta, sendo que o método utilizado foi o quantitativo. Outro instrumento utilizado foi o de entrevista informal e semi-estruturada, realizada por esta autora com os moradores locais que possuem certo interesse no fomento do turismo no distrito. As entrevistas foram realizadas nos meses de fevereiro e março de 2005 e os locais escolhidos foram o centro e mediações de propriedades rurais. A seleção dos pesquisados e entrevistados ocorreu de forma aleatória.

A pesquisa foi realizada em um distrito de Campinas, que se localiza na região metropolitana de São Paulo (a 100 km de sua capital). Em 1995 o município foi dividido em macrozonas para sua melhor administração e gestão. A macrozona 1 é a Área de Proteção Ambiental (APA), onde o distrito de Joaquim Egídio se localiza. A gestão dessa macrozona é baseada na preservação do patrimônio natural e cultural dessa localidade. A maioria dos habitantes de Joaquim Egídio (1.593) reside em área rural, enquanto os demais moram na área urbana (925), totalizando assim 2.518 habitantes. A organização política de Joaquim Egídio é bem simples. O distrito possui uma sub-prefeitura, cujo sub-prefeito é nomeado pelo prefeito do município de Campinas. Todas as ações desta sub-prefeitura estão centralizadas e subordinadas à Prefeitura Municipal de Campinas, fazendo com que Joaquim Egídio não possua muita autonomia.

Quanto às pesquisas realizadas, os resultados foram bastante positivos para a efetivação da proposta: 93% dos entrevistados acreditam que o distrito possui potencial turístico; 84% responderam que a sub-prefeitura não contribuiu para o desenvolvimento do turismo; 96% acham que o distrito precisa de um órgão que organize a atividade e ainda 81% se mostraram interessados em participar.

A AGETUR é um órgão de caráter consultivo, descentralizado e participativo, é composta por 18 membros efetivos, possui 6 departamentos e os demais membros são representantes do poder público e da sociedade civil, totalizando mais 12 membros. A AGETUR serve como um espaço participativo e popular de discussões de idéias e sugestões para melhor organização do turismo no distrito.

A primeira ação voltada especificamente ao turismo foi a criação da Política Nacional de Turismo no ano de 1966, no mesmo ano em que o Decreto- Lei 55 de 18/11 criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR- sendo transformada mais tarde no Instituto Brasileiro de Turismo). Até meados da década de 1990 a Política Nacional de Turismo limitou-se apenas a obras de melhoria e ampliação das redes hoteleiras, mas nenhuma delas possuía alguma preocupação no âmbito ambiental, cultural e social. Apenas no ano de 1992 uma mudança no significado do turismo começa a aparecer. O Plano Nacional de Turismo tratou da prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como beneficiário final do desenvolvimento turístico (LOPES, 1994).

Após esse período, uma postura mais realista e consciente é adotada fazendo com que a atividade turística comece realmente a se estruturar e se organizar, quando é dado início ao processo de municipalização do turismo (PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo) com o intuito de descentralizar ações e gerenciar o turismo de uma forma participativa.

Porém, esse processo não é tão simples quanto parece haja vista os muitos municípios que não aderiram a esse programa como forma de organização e desenvolvimento da atividade turística. A presente pesquisa aborda justamente esta problemática de implementação de políticas de turismo, tomando como área de estudo o distrito de Joaquim Egídio no município de Campinas-SP.

Pode-se concluir que a falta de um planejamento conjunto e eficaz pode tornar o já existente turismo em atividade predatória e é por isso que a criação da AGETUR é tão

importante. A pesquisa ainda definiu o formato deste órgão, sua forma de gestão, seus possíveis membros e parceiros e um estudo de viabilidade financeira, mostrando que tal projeto pode se tornar realidade. A atividade turística de forma planejada e participativa (AGETUR) pode consolidar a importante função social do turismo, atraindo cada vez mais possíveis colaboradores e sendo um importante instrumento na inclusão social da comunidade receptora. Todavia, não existem respostas conclusivas concretas sobre as questões propostas nesta pesquisa. Pressupõe-se, porém, que perante a formatação da AGETUR baseada nas respostas dadas pela população local, aliada ao interesse em participar dos diversos atores sociais do distrito, essa proposta pode se tornar real e eficaz, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, natural e cultural de Joaquim Egídio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, n.5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>, acesso em 04/11/2006.

BARRETO, M. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 4ed. Campinas: Papirus, 2003.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA UFU. Caminhos da Geografia-Revista on line. Trata de assuntos sobre geografia urbana, política e social. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>, acesso em 04/11/2006.

LOPES, A.R. O ABC do turismo: noções básicas. Brasília: Escola Nacional de Turismo, 1994.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. Campinas. Plano de Gestão da APA da Região de Sousas e Joaquim Egídio-APA Municipal. Prefeitura Municipal de Campinas. Universidade Paulista, 1996.